

Entrevista

com Pedro Cardim

POR DANIEL MAGALHÃES PORTO SARAIVA & DANIEL PIMENTA OLIVEIRA DE CARVALHO

Para a entrevista deste dossiê consagrado à turbulenta década de 1640, convidamos o professor Pedro Cardim, da Universidade Nova de Lisboa, que acaba de lançar a obra *Portugal unido y separado. Felipe II, la unión de territorios y la condición política del reino de Portugal*, em que os violentos conflitos que marcaram esses conturbados anos são articulados com dinâmicas e debates presentes há muito na Península Ibérica. Metodologia, historiografia, política e construção de identidades são alguns dos variados temas discutidos nessa instigante entrevista, com que o historiador aumenta sua volumosa lista de contribuições para o enriquecimento do conhecimento sobre a história moderna e as sociedades de Antigo Regime.

7Mares: Os artigos reunidos no presente dossiê da revista *7 Mares* propõem-se a examinar diversos aspectos das turbulências políticas que marcaram a Europa nos anos 1640, bem como suas reverberações no espaço ultramarino. Durante muito tempo, a análise de tais fenômenos esteve associada ao debate sobre as causas da chamada crise do século XVII. Contrariando as previsões que anunciavam sua irremediável exaustão, o tema continua ainda hoje a dar provas de vivacidade, como atesta a recente recuperação da hipótese das origens climáticas da crise pelo célebre historiador Geoffrey Parker. Como o professor vê a possibilidade de uma intensificação da busca pelas causas gerais da tão polêmica crise do século XVII?

Pedro Cardim: Penso que o século XVII é tão marcado por crises quanto os demais séculos. Em termos historiográficos, foi sobretudo no âmbito da história econômica que se começou a falar de crise para o período seiscentista. No entanto, as investigações das últimas três décadas mostraram que o panorama é muito mais diversificado e complexo, e que, a par de conjunturas de crise e de declínio, houve, também, muito crescimento e desenvolvimento, econômico e não só. Por isso, tenho dúvidas sobre a pertinência de se falar de uma crise geral do século XVII.

7M: Outro viés de interpretação, que remonta às reflexões presentes na própria literatura seiscentista e, de certo modo, se aproxima mais do tipo de panorama apresentado pelos trabalhos agrupados no presente dossiê, consiste em, de um lado, comparar a evolução das diferentes conjunturas políticas e, de outro, observar de que modo se deu a interação dos diversos agentes, movimentos e instituições no curso do tempo. O que pensa o professor sobre o estudo dessas relações e o emprego de métodos comparativos para a compreensão do caráter sincrônico das revoltas e agitações vivenciadas no continente europeu em meados do XVII?

PC: Considero que a análise comparativa é fundamental para a compreensão de cada um desses fenômenos, e considero, também, que devemos ir mais além da história comparativa e efetuar uma análise, digamos, “interativa”, ou seja, uma análise capaz de captar as reações provocadas pela interação, pela imitação e pela emulação, colocando no centro das atenções a dimensão relacional dos atores, das instituições e dos processos que estão a ser estudados. Tal atitude analítica tem a vantagem de permitir ultrapassar as visões excepcionalistas que tantas vezes foram cultivadas pelas histórias nacionais. Além disso, ajuda-nos a perceber que as várias entidades (nacionais) cuja história estamos a estudar tiveram um processo de mútua constituição, e que se não tivermos isso em conta, corremos o risco de não passar ao lado de aspectos fundamentais do seu passado.

7M: Em seu mais recente livro, *Portugal unido y separado. Felipe II, la unión de territorios y el debate sobre la condición política del reino de Portugal*, o professor aborda o problema das revoltas dos anos 1640, nomeadamente no que diz respeito a Portugal, seguindo uma metodologia que não se resume a nenhuma das acima enunciadas. A história política e a produção intelectual do período são inseridas em um percurso bem mais longo de tensões e acomodações em torno dos debates sobre o estatuto político dos territórios na península ibérica. Que vantagem traz esse outro enquadramento?

PC: Trata-se de um livro que, precisamente, procura combinar a análise comparativa com a dimensão interativa. Colhi inspiração para este livro nas obras de Fernando Bouza, de Jon Arrieta, de John H. Elliott, de Xavier Gil Pujol, de António M. Hespanha, de Pablo Fernández Albaladejo e de John Robertson, historiadores oriundos de tradições historiográficas muito diversas mas que têm em comum o interesse pela arquitectura dos grandes conglomerados territoriais formados durante os séculos XVI e XVII. Neste estudo dedicado à condição política dos territórios, procurei demonstrar que a reflexão sobre esse tema foi um fenómeno muito generalizado no conjunto do mundo ibérico dos séculos XVI e XVII, tendo gerado debates muito transversais em termos sociais, pois abrangeram tanto os círculos intelectuais mais eruditos, quanto a esfera “pública” mais geral e mais anônima. Procuo mostrar que muitos portugueses participaram e, por vezes, protagonizaram esses debates. Além disso, procuro ainda demonstrar que os principais *topoi* desses debates circularam por todo o mundo ibérico, incluindo, claro, o espaço atlântico dominado pelos ibéricos e, em certa medida, também, o asiático.

7M: Já há alguns anos o professor tem produzido e estimulado, por meio de uma série de publicações e cooperações científicas, reflexões sobre cultura política, usos da escrita, práticas institucionais, disputas territoriais e construção de identidades nas monarquias ibéricas modernas, quer no Velho Continente quer no ultramar. Neste livro, essas reflexões são incorporadas em uma análise geral do período da união das coroas e do posterior processo de consolidação da separação de Portugal. Em seu entender, de que maneira a articulação desses elementos pode contribuir para uma possível renovação ou aperfeiçoamento da interpretação de uma época tantas vezes debatida pela historiografia portuguesa?

PC: Do meu ponto de vista, urge inserir Portugal na agenda daqueles que estudam a monarquia hispânica dos séculos XVI e XVII, e defendo esta ideia porque considero que sem um conhecimento aprofundado da história portuguesa, corre-se o risco de não se entender vários aspectos fundamentais da história da monarquia espanhola. E defendo, também, o movimento inverso: considero que todos aqueles que estudam a história de Portugal têm de possuir um conhecimento aprofundado da trajetória histórica dos vários territórios da monarquia hispânica, não só de Castela mas, também, dos que integravam a coroa de Aragão, o mundo mediterrâneo, a Flandres, a América espanhola e, ainda, as Filipinas. Para além de aprofundado, esse conhecimento deve ser relacional, ou seja, deve ter em conta as múltiplas interações que então foram ocorrendo. No meu entender, este conhecimento deveria ser a base do trabalho analítico de todos aqueles que se dedicam ao estudo da história de Portugal. Este livro, ao escolher um tema, digamos, “transnacional”, também constitui um exercício de superação de algumas das barreiras que os quadros nacionais colocam à análise histórica.

7M: Um conceito-chave em sua obra é justamente o de *território*. Nela, encontramos um rico debate a respeito das formas de incorporação de novos territórios às monarquias, em diálogo com estudos historiográficos acerca das mais diversas regiões da península ibérica e seus respectivos domínios, tanto europeus quanto extra-europeus. À primeira vista, o termo *território* parece cumprir a difícil tarefa de agrupar sob uma mesma designação todos os diferentes espaços cujos estatuto político e lugar hierárquico estavam em disputa no curso dos processos de vinculação e desvinculação territorial evocados. Ao longo do livro, porém, vamos percebendo que, quando se tratava de definir o *estatuto político de um território*, estavam em jogo substancialmente a modelagem e o funcionamento da estrutura política que lhe era correspondente (o reino, o principado, a província), assim como a condição política dos seus habitantes (a população, o povo, a fidalguia), com suas especificidades demográficas e culturais. Como esta categoria de *território*, fundamentalmente geográfica, se articula com as dimensões culturais e políticas das comunidades nele estabelecidas?

PC: De fato, neste livro a categoria ‘território’ tem bastante protagonismo. Partindo de uma definição muito corrente no âmbito da história do direito, entendo o ‘território’ como uma circunscrição tendencialmente (mas não obrigatoriamente) geográfica, definida, antes de mais, pelo fato de estar “dotada” de um determinado ordenamento jurisdicional. Além disso, longe de o encarar como uma entidade estática, vejo no ‘território’ algo de dinâmico, em permanente processo de transformação mas, ainda assim, mantendo certos atributos que o definem. Assim, ao usar essa categoria pretendo exprimir a existência de uma entidade que, sendo plural e hierarquizada no seu interior, comportava uma significativa força de enquadramento. O território enquadrava

os agentes, individuais e coletivos, conferia traços específicos aos que estavam dentro do seu perímetro e estabelecia fronteiras face ao exterior, ou seja, determinava quem estava dentro, e quem estava fora. Esses traços específicos identificavam, ou seja, distinguiam, mas também geravam sentimentos de pertença, formas de discriminação e dinâmicas de exclusão. Tudo isso em permanente transformação e jamais estático ou essencial. Por tudo o que disse, acredito que a categoria 'território' tem a vantagem de nos permitir escapar ao efeito anacrônico gerado por palavras mais conotadas com a atual realidade nacional. E permite, também, abrir espaço para um uso mais controlado de categorias-chave da cultura política dos séculos XVI e XVII, como "reino", "coroa", "monarquia" ou "império". Este livro ambiciona chamar a atenção para a historicidade destes termos e contribuir para que, em termos historiográficos, eles sejam usados de uma forma "mais controlada", isto é, mais atenta aos seus contextos e regimes de utilização.

7M: Na composição das tensões que atravessam o período de união das coroas ibéricas, sobressai em sua exposição uma oposição entre, de um lado, propostas mais imperativas da autoridade real, preocupadas em dotar a monarquia Católica de maior agilidade decisória e governabilidade e, de outro, diferentes expressões do que denomina, também de forma abrangente, *particularismos territoriais*. Como o professor definiria esse *particularismo*? Esse conceito aplica-se apenas ao mundo ibérico ou poderia ser empregado em outros marcos geográficos, como por exemplo o Sacro-Império Romano Germânico, onde também se verificavam conflitos entre as aspirações do imperador à ampliação do seu poder e a resistência dos *Stände*, ciosos de conservar seus foros e privilégios? O choque entre os projetos de monarquias mais integradas e a defesa dos particularismos locais poderia ser tido como uma constante na Europa dos seiscentos? Em caso afirmativo, haveria alguma especificidade nos *particularismos* ibéricos e, mais especificamente, no português?

PC: Considero que o 'particularismo territorial', nos séculos XVI e XVII, se aplica não só à monarquia hispânica, mas também, claro, ao Sacro Império e, ainda, a entidades políticas tradicionalmente consideradas como menos heterogêneas, como a monarquia francesa, a inglesa ou a portuguesa, para além das repúblicas, claro, com as muito compósitas Províncias Unidas à cabeça. Hoje sabemos que todas as entidades políticas daquele tempo eram internamente muito heterogêneas e plurais a vários níveis, fato que, longe de ser uma anomalia ou um sinal de atraso (como pretendiam os liberais do século XIX), era algo de constitutivo, era intrínseco ao modo como então decorreram os vários processos de formação de conglomerados territoriais: unir territórios mantendo a diversidade interna do conjunto resultante desse processo unificador. Este era o princípio-chave da ordem comunitária, sendo algo que se aplicava a todas as coletividades, desde as pequenas comunidades aldeãs, até às grandes monarquias pluricontinentais.

7M: No decurso do período histórico analisado em sua obra, o professor identifica um processo de transformação dos sentimentos identitários portugueses. Em um primeiro momento, mais precisamente a partir do início do domínio filipino, observa-se a crescente multiplicação de discursos de valorização do vínculo à comunidade reinícola portuguesa, de sua história, de sua língua. Por outro lado, entrevemos pela leitura de seu livro um ambiente cultural e político extremamente rico e ambivalente, onde fatores de agregação do reino

luso à monarquia hispânica conviviam com fatores de afastamento ou diferenciação, sem que estes últimos implicassem necessariamente um impulso separatista. Mais adiante, porém, nas décadas da Restauração, assiste-se a uma politização deste discurso, em que, como o senhor resume, as obrigações impostas pelo “amor à pátria” foram enaltecidas como nunca antes haviam sido. A que se devem esses movimentos de recrudescimento e politização da identidade portuguesa e qual o seu significado? O que eles nos informam sobre o papel do sentimento patriótico nesse processo?

PC: De fato, no que respeita a sentimentos de pertença a uma coletividade, o ambiente era extremamente variado e ambivalente. Até tempos muito recentes ser membro de uma comunidade reinícola era algo de bastante abstrato, sendo vivenciado de maneiras muito, muito diversas. Não há dúvida de que as várias casas reais dos séculos XVI e XVII se esforçaram por difundir sentimentos de pertença à comunidade reinícola que cada uma delas encabeçava. Aliás, o desenvolvimento das ideologias imperiais, ao longo desse período, tem em parte a ver com o esforço de “engrandecimento” levado a cabo pelas várias casas reais, o qual tinha em vista, precisamente, captar o apoio da população para os seus planos dinásticos e imperiais. Portugal não foi exceção, e a coroa portuguesa foi gerando e difundindo mensagens de apego a um espaço português que se projetava para fora da Europa, governado por um rei que se gabava de ser senhor de quase todo o mundo. No entanto, tal aconteceu num tempo em que os sentimentos de pertença, para além de serem plurais, não eram, de modo algum, exclusivistas. Ou seja, e por exemplo, o fato de uma mesma pessoa se sentir parte integrante de uma comunidade reinícola chamada “Portugal” e, ao mesmo tempo, se sentir membro de um todo mais geral a que dava o nome de Hispânia, não era uma contradição ou uma traição, mas sim uma situação muito normal. O que se passou algures a partir das décadas de 1610-1620 foi um paulatino “endurecimento” das concepções de pertença comunitária, as quais se tornaram mais rígidas e mais exclusivistas, ou seja, menos abertas a admitir a coexistência entre vários sentimentos de pertença. As revoltas da década de 1640 são, em parte, produto dessa mudança, e acabaram por tirar o máximo partido do sentimento nacional, politizando-o e convertendo-o em discurso legitimador e mobilizador. Uma coisa é certa: durante esses anos de rebelião todas as partes procuraram fortalecer o conteúdo político do “amor pela pátria”.

7M: Nas páginas dedicadas ao período posterior a 1640, o professor destaca uma intensa manipulação de valores basilares da cultura política da época. Chama atenção, por exemplo, para a forma pragmática com que o novo governo recorria à celebração das cortes e à prática do juramento, com o objetivo de combater a imagem negativa que se associava até então aos atos de revolta e infidelidade que estavam na base da Restauração. No caso do juramento, ressalta a distância daquele pragmatismo em relação aos debates vividos nas décadas anteriores, em que tal forma de vinculação era considerada a mais profunda modalidade de compromisso. Além disso, demonstra que aquela politização do discurso patriótico português era frequentemente associada a uma instrumentalização do sentimento religioso como forma de mobilização política. O contexto, como o senhor o caracteriza, é o de uma erosão do paradigma da *política católica*, cujas premissas passavam a ser objeto de uma cada vez mais explícita instrumentalização. A Restauração de Portugal constitui um marco nesse processo? É possível identificar tais mecanismos de manipulação e instrumentalização na prática política ibérica anterior aos turbulentos anos 1640?

PC: De fato, depois de, durante muito tempo, o catolicismo ter sido um dos pilares de toda e qualquer ordem comunitária – na Europa do sul era mesmo um dos mais fortes elementos identitários –, a partir de meados do século XVII a sua força coesiva, em termos políticos, foi enfraquecendo. Quanto aos exemplos que apresento no livro, tomo-os, acima de tudo, como sintomas desse enfraquecimento. Ao longo desses anos um número cada vez maior de pessoas foi percebendo que a ordem política já não dependia tanto da força coesiva do catolicismo, mas sim de outro tipo de forças. Só assim se explica essa instrumentalização tão flagrante de gestos e de compromissos com um conteúdo religioso tão forte. Antes da década de 1640 há exemplos de manipulação da religião católica. No entanto, creio que não são comparáveis ao que aconteceu nesses anos centrais de Seiscentos. De qualquer modo, e apesar disso, o catolicismo não desapareceu da paisagem política da Europa do sul, bem pelo contrário. O que aconteceu é que a sua virtualidade política mudou: as casas reais, por exemplo, deixaram de apostar no elemento católico como principal elemento identificador dos conjuntos territoriais que encabeçavam. Mas o mundo ibérico, bem como os seus territórios ultramarinos, continuaram a ter no catolicismo um elemento fundamental para a sua ordem social.

7M: Um aspecto especialmente intrigante, e que atravessa todas as conjunturas políticas analisadas na obra, é o permanente recurso a argumentos históricos e à publicação de obras historiográficas, que parecem cumprir um papel fulcral na construção dos debates e mesmo na definição dos meios de atuação política do Antigo Regime. Que demandas, práticas sócio-políticas, ambientes e instituições explicariam, na opinião do professor, esse fenómeno? Poder-se-ia relacioná-lo ao processo de “formação de opiniões públicas” ou de “politização das sociedades” que o professor Jean-Frédéric Schaub evoca no prólogo do livro?

PC: Sim, considero que foi em grande medida através da reelaboração da memória de certos momentos do passado que se procedeu à politização dos sentimentos nacionais. Como disse, no livro mostro que esses debates acerca da história de cada um dos territórios do mundo ibérico tinham inúmeras implicações políticas, e mostro, também, que tais debates foram muito transversais em termos sociais, pois abrangeram tanto os círculos mais eruditos de teólogos e de juristas, quanto os setores, digamos, “populares”, passando pelas esferas governativas ou pelos chamados “arbitristas”. Além disso, no livro confirmo algo que a historiografia já vem dizendo há algum tempo: os sentimentos nacionais não são nem essenciais a nenhum povo, nem ahistóricos. Têm um passado muito complexo, uma história ambivalente, descontínua, não-cumulativa e muito pouco linear.

7M: Ainda no prólogo, Schaub destaca, entre outras coisas, que o ponto de partida do trabalho destoa radicalmente das perspectivas que admitem a existência de fronteiras essenciais e identidades nacionais incompatíveis na Península Ibérica dos Seiscentos. Além disso, repara que o fato de o professor Cardim ter se formado historiador nas últimas décadas do século XX, quando Portugal já fazia parte da Comunidade Européia, bem como sua familiaridade com a arquitetura constitucional das autonomias em Espanha, favoreceram sua compreensão das identidades políticas compostas e movediças do Antigo Regime. Poder-se-ia dizer, no caminho inverso, que o estudo da realidade socio-política do século XVII pode contribuir

para uma melhor compreensão dos embates da Europa atual ou, quiçá, para a proposição de alternativas para os dilemas do presente? Em que medida a produção historiográfica ibérica, e mesmo europeia, vem interagindo com os dilemas políticos e identitários das sociedades contemporâneas?

PC: Existem, sem dúvida, pontos de contato entre os processos de união de territórios dos séculos XVI e XVII e a realidade atual na Europa. Veja-se, a propósito, o processo de construção da União Europeia, mas também os atuais debates acerca da posição da Catalunha no seio da Espanha, e da Escócia no quadro britânico. De resto, os nacionalismos atuais também usam a história para fundamentar as suas pretensões políticas. No entanto, penso que as diferenças são maiores do que esses pontos de contato, desde logo porque falamos de um mundo, o do Antigo Regime, informado por uma outra cultura política, com uma lógica que nada tem a ver com a nossa. Estudar o modo como se formaram, como se mantiveram, e como se dissolveram os grandes conglomerados territoriais dos séculos XVI e XIX permite captar aspectos fundamentais do passado, antes de mais europeu, mas também dos espaços extra-europeus que foram colonizados pela Europa ocidental. Aliás, espero que este livro seja capaz de mostrar que é imprescindível inserir os territórios exteriores à Europa nestes debates sobre a condição política. Acredito que, dessa forma, se percebe muito melhor a natureza do vínculo que unia, por exemplo, os territórios portugueses situados na Península Ibérica e aqueles que se situavam na América, na África e na Ásia. Nesse sentido, e muito embora se centre no que passou na Europa durante os séculos XVI e XVII, este livro defende uma maior integração entre a história europeia e a história dos mundos atlântico e asiático.

Recebido para publicação em 30 de novembro de 2014.